

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES**

## **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO NOTURNO**

**Aluna: Ines da Silva**

**Orientadora: Taís Moura Tavares**

**Curitiba, fevereiro de 2010.**

## **EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO NOTURNO**

Ines da Silva

### **Revisão de Literatura sobre o Tema**

Segundo Carvalho (2001), quais as condições para o ensaio e a aprendizagem quando o aluno é uma criança, um jovem, um adulto já inserido no mundo do trabalho, como força produtiva, tendo na escola um dos únicos canais para as ciências, a tecnologia e a cultura? (...).As poucas vezes que a escola faz referência a condição de trabalhador do estudante dos cursos noturnos é em sentido paternalista e autoritário. Pretende-se justificar uma diferença de tratamento quanto a seleção de conteúdos e avaliação ou à carga horária, alegando-se “cansaço” , “falta de interesse”, “falta de responsabilidade”, “falta de base” da parte do aluno que responde pela sobrevivência própria, e até da família, e que se reprovados ou desistentes se matriculam novamente anos após ano.

Observamos que os alunos matriculados no Ensino Noturno, em sua maioria, o fazem por ter nesse período a única opção de prosseguimento de estudos e um espaço para aquisição de uma educação formal, pelo fato de que para manter a sobrevivência, precisam de um trabalho durante o dia.

A grande maioria dos alunos do Ensino Noturno ao prosseguirem seus estudos, já traz uma vida escolar que na maioria das vezes, já acumula anos de escolarização. Dessa forma nas classes de Ensino Noturno, convivem alunos na faixa etária jovem, adequada para cursar a série em que estuda e, alunos já amadurecidos, que estão na faixa etária inadequada, em busca de novas oportunidades. Oliveira (2004), explica a procura do ensino noturno a partir de: “Fatores de ordem econômica direta, como a busca de emprego, e indireta, como a necessidade de auxiliar nos trabalhos domésticos em casa, ou ainda, por fatores tais como a inadequação dos turnos diurnos a um público mais maduro” pág. 166.

Apesar de todo respaldo legal que a legislação oferece, as escolas, em sua grande maioria, vivem uma situação trágica, pois, como ponto de partida, não consideram as diferenças existentes entre seus alunos, criando-se assim, grandes possibilidades em contribuir para sua evasão e repetência.

A evasão dos estudantes está ligada a muitos obstáculos, muitas vezes intransponíveis, para permanecerem na escola e concluírem seus estudos. A necessidade de trabalhar, convívio com a violência, problemas familiares, dificuldade de acesso à escola, são os fatores mais comuns para o abandono escolar. Esse conjunto de situações faz com que o aluno deixe de acreditar que a escola proporcionará a ele um futuro melhor, como não há garantias de que está aprendendo algo realmente modificador o aluno acaba saindo da escola.

Outro motivo para esse desinteresse está relacionado as sucessivas reprovações sofridas pelo aluno e que acabam por gerar mais um elemento desmotivador. Dessa forma, é muito comum vincular abandono escolar, a uma história de repetências. A retenção é muito significativa na decisão de continuar ou não os estudos, pois na maioria das vezes a repetência, é seguida pelo abandono escolar, gerando uma distorção em relação a série que ele frequenta e a sua idade.

Devido a distorção série-idade, o aluno acaba escolhendo o ensino noturno na tentativa de concluir seus estudos, pois apesar de toda dificuldade encontrada na sua experiência anterior de escolarização, ele ainda busca na escola igualdade de oportunidade e através dela formas de não-exclusão.

Apesar da existência dos mais variados motivos para a escolha do Ensino Noturno, o mais significativo é o fato de que boa parte dos alunos estão inseridos no mercado de trabalho, ou a procura de um emprego. O trabalho, portanto, para muitos estudantes é uma realidade que integra as práticas sociais da maior parte dos jovens que veem na escola meio para melhores condições de vida, ou seja, que tem na escola a visão de uma chance de melhorar o salário ou inserir no mercado de trabalho.

No entanto, a condição de estudante trabalhador nem sempre tem sido levada em consideração, quando da organização do trabalho pedagógico

nas escolas, o que fez Mafra (1992) afirmar que: "É comum depararmos com sutis mecanismos de controle social, ao saber mais elaborado, moderno, atualizado, incorporados nas propostas pedagógicas meios e instrumentos utilizados no ensino das escolas públicas e particulares que dificulta a permanência do aluno trabalhador na escola". Pág. 90.

Rodrigues (1995) afirma que o trabalhador-estudante dos cursos noturnos, experimenta diariamente uma divisão social. Durante o dia ele executa, efetua e realiza e, à noite, na escola deve pensar, refletir, calcular e planejar. Passa, portanto, da condição de trabalhador manual para a condição de trabalhador intelectual o que faz com que ele estabeleça com a escola uma relação diferente daquela estabelecida pelos alunos que frequentam os cursos diurnos. Um dos aspectos mais gritantes dessa relação pode ser revelado na forma de exclusão que o ensino noturno provoca, pois o aluno que frequenta recebe o ensino defasado em relação ao ensino diurno.

A escola noturna como instituição não se refere ao aluno como trabalhador e, quando faz referência a essa condição, faz de forma paternalista ou autoritária, pois se pretende justificar uma diferença de tratamento quanto à seleção de conteúdos e à avaliação em relação aos cursos diurnos. Esses argumentos costumam vir acompanhados de justificativas como: aluno cansado, não tem interesse, ou não tem responsabilidade.

Enquanto a legislação tem como fundamento a dignidade humana, a justiça social, a valorização do trabalho humano, etc, a nossa sociedade sofre com a falta de qualidade e atendimento em relação à educação, à saúde, lazer e muitas outras coisas que seriam o mínimo necessário para terem um vida digna.

Nossos jovens andam sem perspectivas de vida. A maioria só pretende terminar o ensino médio, não havendo intenção de ingressar no ensino superior.

Quanto ao fato de várias pesquisas apontarem que muitos desses jovens não ingressam no Ensino Médio e Superior por conta de se inserirem no mercado de trabalho, por motivos de própria sobrevivência, pois o problema pode estar relacionado com a falta de investimento na educação onde uma oferta de ensino básico, fundamental e médio consistente, baseado em valores, aprendizagens, conteúdos que fazem sentido para a vida, poderia de fato

representar uma oportunidade e um estímulo maior para o adolescente se inserir tanto na escola quanto no mercado de trabalho.

Mas no lugar de investimento em educação, temos políticas compensatórias que aumentam, principalmente entre as classes populares, os índices de matrículas no Ensino Fundamental, como o Bolsa Família. Após o término dessa modalidade de ensino ou quando o aluno atinge a idade de 15 anos, a família não podendo mais contar com o auxílio dessa renda, e o adolescente considerando apto a trabalhar sem que isso seja considerado exploração do trabalho infantil, ingressa no mercado de trabalho, sendo na maioria das vezes, produto de um trabalho alienado, onde em termos de estatística são considerados meramente como “jovens desocupados”.

Pesquisa realizada pela UNESCO constata que a maior parte das políticas públicas voltadas para a juventude, destinadas em garantir a permanência de estudantes nas escolas, contemplam crianças e adolescentes de até 17 anos. O que nos leva a reflexão sobre a razão da existência e da procura pelos cursos noturnos, bem como as de seu funcionamento, que precisam ser buscadas fora da escola, já que os alunos que o frequentam fazem parte de trajetória de vida de famílias de classes trabalhadoras.

Assim devemos considerar que com a desregulamentação e flexibilização das relações e direitos sociais que teve como uma das consequências a crise de empregos, o discurso de que o Ensino Médio deve preparar para o trabalho tornou-se frágil, sendo substituído para o “preparar para a vida”, que na realidade significa desenvolver competências genéricas e flexíveis de modo que as pessoas pudessem se adaptar facilmente as incertezas do mundo contemporâneo (Ramos, 2004).

Essa adaptação também pode ser vista no artigo 35 da seção IV da Lei de Diretrizes e Bases, onde pode-se ler: “O ensino médio, etapa final da educação básica, como duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando prosseguimento dos estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos relacionando teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Ainda, em seu art. 1º, parágrafo 2º, cita que o Ensino Médio, como parte da educação escolar “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Para Bueno (1998), o Ensino Médio, mesmo estando presente nos espaços discursivos quando se vislumbra a melhoria da educação brasileira, se depara com dois obstáculos: a falta de recursos e a existência para que o mesmo assuma uma nova característica que não seja a dualidade no seu interior. Para ela, o Ensino Médio mesmo recebendo atenção dos governos, só é assumido como prioridade em discursos.

De acordo com Kuenzer (1997), é com essa realidade que o ensino noturno deverá trabalhar, ao estabelecer suas diretrizes curriculares: um intenso contingente de jovens que se diferenciam por condições de existências e perspectivas de futuro desiguais.

A autora enfatiza a importância de se buscar o avanço possível, considerando os recursos disponíveis, na escola concreta, com suas possibilidades e limitações. Será necessário, portanto, formular diretrizes que priorizem uma formulação científico-tecnológica e sócio-histórica para todos, no sentido da construção de uma igualdade que não se está dada no ponto de partida, e que, por essa mesma razão, exige mediações diferenciadas no próprio Ensino Noturno, para atender as demandas de uma clientela diferenciada e desigual.

De acordo com Rodrigues (2003), devemos oferecer ao estudante do período noturno uma escola que consiste num ambiente de incentivos, de desafios, de construção de conhecimentos, de transformações; enfim, um local onde possa haver debate acerca de questões sociais e culturais, em que a comunidade escolar possa refletir e escolher os princípios e valores que devem ser vivenciados, em que se permita aplicar um projeto pedagógico para ser vivido e construído por todos. Um lugar onde se possa refletir e discutir, bem

A necessidade de redirecionamento do ensino noturno é notória e urgente no cotidiano das escolas, uma vez que os fracassos decorrentes da aprendizagem escolar e as atitudes que evidenciam a desmotivação como: descumprimento de tarefas escolares, indisciplina, baixa frequência às aulas, dificuldade de assimilação de conteúdos e a evasão escolar aumentam a cada dia.

Dessa forma, faz-se necessário uma reorganização estrutural dos conteúdos e, que as práticas pedagógicas sejam repensadas e reformuladas, pois a escola precisa considerar o universo do aluno e conduzir para o seu interior a realidade sócio-cultural onde está inserida para construir a partir dessa problematização conhecimentos significativos, considerando a diversidade cultural e as necessidades individuais e coletivas de sua clientela.

A escola tem que usar de sua autonomia, para que na construção de seu Projeto Político Pedagógico, possa relacionar a situação desses alunos com um contexto social mais amplo.

Nesta perspectiva, faz-se necessário o engajamento de todos os professores, pedagogos, diretor, funcionários, pais e alunos. É de suma importância, os momentos de estudos, discussão e reflexão no interior das escolas para assim ser delineado de forma clara e objetiva o rumo que o Projeto Político Pedagógico da escola deverá tomar, para atender as necessidades dos alunos do ensino noturno.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico para o Ensino Noturno deve ir além de agrupamentos de planos de ensino e de diversas atividades. Este deve buscar uma direção, uma ação intencional, com compromisso definido coletivamente, no sentido de formar o cidadão para um tipo de sociedade, definindo ações educativas para a formação de cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo, não se esquecendo que esse compromisso deve estar associado com a organização da escola como um todo, na sua globalidade.

Assim, professores, alunos, pais e equipe Administrativa e Pedagógica da escola deve estudar e decidir sobre que conhecimentos favorecem o sucesso escolar e que conteúdos serão necessários para uma preparação básica para o mundo do trabalho e/ou continuar seus estudos . Sendo assim, é importante pesquisar a realidade da comunidade escolar,

investigar as expectativas dos alunos em relação aos estudos, organiza os conteúdos, para que o Projeto Político Pedagógico seja reformulado de forma que atenda as necessidades do aluno do ensino noturno, tornando as aulas mais atraentes e a aprendizagem significativa ao aluno trabalhador. Cabe ao educador conhecer os alunos com que trabalha e organizar uma prática pedagógica com e sobre os saberes e anseios dos mesmos. Aos dirigentes escolares, estarem discutindo com os educadores de que maneira realizam o seu fazer pedagógico e levá-los a perceberem como usavam esse saber nas suas próprias práticas pedagógicas e na elaboração de novas práticas realizadas no cotidiano escolar. Como tentativa de fazer o educador pensar criticamente sobre suas ações, possibilitando-o condições concretas, reais e viáveis de ensino-aprendizagem.

A educação deve ser entendida com a atualização histórica de cada indivíduo e o educador é mediador que serve de guia para esse mundo praticamente infinito da criação humana, oportunizando assim, por parte dos educandos, a aquisição de conhecimentos e capacidades para o enfrentamento de exigências postos por um determinado contexto social. Como a escola não pode dar conta de todo o saber historicamente produzido, deve priorizar os mais relevantes para a formação histórico-cultural dos cidadãos.

Para que sejam eficazes, as ações pedagógicas devem considerar a problemática da juventude, ou seja, é necessário conhecer quem são os jovens estudantes e quais as suas relações com a realidade escolar. No ensino noturno, é importante que a realidade tal como é percebida pelo jovem, seus conhecimentos e suas culturas sejam levadas em conta na organização do Projeto Político Pedagógico da escola. Na maior parte das vezes, o jovem trabalhador vê-se pouco refletido nas propostas pedagógicas da escola, o que causa estranhamento e distanciamento, e impede a construção do conhecimento de uma relação significativa com o ambiente escolar.

Portanto, se a realidade dos alunos, seus conhecimentos e vivências prévias, foram consideradas como ponto de partida, o ensino fará sentido para o aluno e a compreensão será possível e efetiva, para que possa continuar o processo de aprendizagem mesmo fora da escola, buscando,

analisando, selecionando e criando criticamente seu conhecimento, ao invés de simplesmente absorver e internalizar as informações.

Considerando então, as diversas formas em que ocorre o processo educacional, bem como o papel da educação, devemos analisar algumas dificuldades que nos são colocadas e em que condições se encontram os educadores no interior das escolas, ou seja, como nossos educadores foram ou estão sendo preparados para contribuir historicamente na formação dos alunos, principalmente os que frequentam o Ensino Noturno.

O trabalho do educador muitas vezes se resume em repassar conteúdos aos alunos, sem estimular nestes a interpretação, a crítica e a criatividade, pois "... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". (Freire, 1996. pág. 52).

Para realizar um trabalho didático pedagógico, o educador deve ser crítico, perspicaz para estimular seus alunos, ético, uma vez que é formador de opinião, ser reflexivo da prática constante de seu trabalho, reconhecer a cultura de seus alunos, enfim, ele deve conhecer seu campo de atuação.

Para ensinar, é necessário que o educador pesquise o assunto a ser retratado, se atualizando diante dos conteúdos propostos em sala de aula. A didática colocada em prática serve de base para um conjunto de mudanças significativas que requerem profissionais não só inventivos, mas que tenham olhos abertos para a realidade da qual fazem parte.

O educador não pode mais desconsiderar os acontecimentos sociais, econômicos e políticos. A legislação posta e a política da educação adotada, se não forem entendidas e enfrentadas de uma forma crítica, poderão contribuir para um aumento das pressões econômicas, pois agora que a acumulação de capital assume característica flexível, tal condição influencia a exploração da força de trabalho e, por consequência, a flexibilidade da educação.

Segundo Carvalho (2001, p. 15) enquanto a condição de trabalhador estudante não for questionada pela escola, a situação não terá possibilidade de ser transformada, sem bem que não basta que só a escola realize esse questionamento. É o próprio conceito de trabalho que precisa ser

reformulado e sem diálogo entre o trabalhador e o conteúdo real da aprendizagem, sem o diálogo entre a prática profissional e a prática escolar não haverá possibilidade de que o conhecimento adquirido através do cotidiano profissional seja elaborado a partir da prática escolar. Sem esse diálogo, dificilmente o trabalhador conseguirá conhecer os meios de superação de sua condição social e os limites e possibilidades que lhe são impostos pela sociedade.

### 3 - Apresentação dos dados levantados durante o projeto de intervenção

**ANO DE REFERENCIA: 2008**  
**ENSINO FUNDAMENTAL**

SÉRIE	MATRÍCULA INICIAL	ABSTENÇÃO POR MOTIVO	TAXA DE ABSTENÇÃO	PERÍODO ESCOLAR
	296	49	17,4%	15%
	269	31	11,6%	10%
	211	31	14,5%	13%
	228	32	14,8%	13%

## ANO DE REFERENCIA: 2008

### ENSINO MÉDIO

SERIE	MATRÍCULA INICIAL	ESTADO FINAL ABANDONO	TAXA DE ABANDONO	PERCENTUAL PERÍODO NOTURNO
	198	36	18,7%	17%
	153	41	27,0%	25%
	109	9	9,0%	8%

Com a finalidade de conhecer quem são os alunos do Ensino Noturno, sua relação com o mercado de trabalho, sociedade, perspectivas em relação à escola e suas dificuldades de prosseguimento dos estudos, procurei durante a realização do projeto evidenciar suas características e anseios, para que com a clareza de fatos, traçar novas estratégias de estudos e práticas pedagógicas que visem a melhoria da qualidade de ensino e sucesso dos alunos na escola pública noturna.

Durante a realização do projeto, foi possível perceber que para construir uma escola que venha ao encontro dos anseios e expectativas dos nossos estudantes, é preciso conhecer a realidade na qual ela está inserida e, levar em consideração todos os fatores internos e externos que influenciam a educação escolar.

Para isso é importante estudar e analisar o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, visando reestruturá-los construindo na escola um espaço de aprendizagem, que associa os conteúdos a todos os significados pessoais, sociais, culturais e político, que retira o aluno da condição de espectador, para que se sinta parte integrante do processo ensino-aprendizagem.

Outro fator que deve ser ressaltado é a participação de todos os segmentos da escola - direção, pedagogos, professores, técnicos administrativos, funcionários, pais e alunos – na discussão sobre a realidade do ensino noturno. Estudando, discutindo e analisando todos os aspectos positivos e negativos dessa modalidade de ensino, para que coletivamente possam construir um escola que trabalhe conteúdos significativos proporcionando uma educação de qualidade, para que os alunos possam permanecer na escola, concluirem seus estudos e ter uma perspectiva de vida melhor.

#### **4 – Discussão dos resultados frente a literatura estudada**

Sendo o cansaço e a desmotivação um dos problemas que dificultam a aprendizagem do aluno do ensino noturno e o fator responsável pela evasão e repetência e, a escola pelo desenvolvimento do cidadão, a realização desse trabalho na escola proporcionou às pessoas envolvidas com o processo ensino-aprendizagem analisar e refletir sobre a prática educativa, para que juntos possam trilhar possíveis alternativas de mudanças para reverter esse quadro, tornando as aulas mais atraentes e os conteúdos significativos, colaborando para a formação de cidadãos críticos para atuar na sociedade e transformá-la.

Com a realização desse trabalho e a leitura de diferentes textos foi possível perceber que podemos aprender e construir alguns apontamentos para a melhoria da educação em nossa escola, capaz de fazer dessa, a escola que todos desejam: organizada, agradável, com professores amigos, atividades interessantes e um ensino de qualidade.

---

Como a educação é muito complexa, todos os textos, temas abordados contribuíram para a sistematização do trabalho dos professores, o que possibilitou conhecer a realidade da comunidade na qual a escola está inserida, construindo um espaço de aprendizagem que venha de encontro com os anseios e perspectivas dos alunos, para melhor intervir, tomar decisões educativas coerentes para acompanhar apropriadamente a evolução e o progresso do aluno do ensino noturno, para melhoria, permanência e sucesso na escola.

### **Bibliografias utilizadas**

ABDALA, Vilma. O que pensa os alunos sobre a escola noturna. São Paulo. Cortez: 2004 (coleção Questões de Nossa Época, v. 110).

CARVALHO, C. P. Alternativas para o trabalho pedagógico voltado para o Ensino Noturno. Série idéias, São Paulo: FDE: 1998.

CARVALHO, C. P. Ensino Noturno: realidade e ilusão – 10<sup>a</sup> ed. São Paulo. Cortez: 2001.

MAFRA, Leila de Alvarenga in MAFRA e CAVALCANTI (orgs) O ensino médio no Brasil. Brasília, INEP, 1992.

RODRIGUES, E. M. "Ensino noturno de 2º grau: o fracasso da escola ou a escola do fracasso" in Educação e Realidade, v. 20, nº 1, jan/jun. 1995.

RODRIGUEZ, A. HÉRON, C. A. A educação secundária no Brasil: chegou a hora. 2000.

LDB – Lei de Diretrizes e bases para educação brasileira, Ministério da Educação (MEC), Brasília, 1996.

KUENZER, Acácia Zeneide. As políticas de formação: a construção da identidade do professor sobrando. In. Educação & Sociedade. Campinas – S. P., nº 68, Dez/1999.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. Ed. Soc., abril 2000, vol. 21, nº 70.

RAMOS, M. N. A. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação, São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A recente expansão da educação básica no Brasil e suas consequências para o Ensino Médio Noturno. In: Ensino Médio: Ciências, cultura e trabalho. Séc. De Educação Média e Tecnologia – Org. Gaudêncio Frigotto, Maria Giavatta – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.